



(TRADUÇÃO)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

O Programa de Participação nos Cuidados de Saúde, lançado pelo Governo, assume, de certo modo, um papel importante no âmbito dos cuidados de saúde junto dos bairros comunitários. Algumas pessoas, como por exemplo os idosos com mais de 65 anos, alunos do ensino primário e secundário, grávidas, pacientes com doenças psíquicas, contagiosas ou cancerosas, etc., gozam de cuidados médicos gratuitos, e entretanto, devido à carência de recursos, ao nível tanto do “software como do hardware”, é demasiado longo o prazo para algumas consultas externas de especialidade, obrigando muitos residentes a procurar serviços médicos privados e a suportá-los a expensas próprias. Segundo informações de trabalhadores da linha da frente da área dos serviços sociais junto dos bairros comunitários, as elevadas despesas médicas levam muitos residentes das classes média e baixa à pobreza. É desejo da maioria da população que os vales de saúde não tenham prazo, que seja criado um sistema global de protecção de saúde semelhante ao do Interior da China, onde existe um “cartão de protecção de saúde”, e que os vales de saúde possam ser creditados na conta individual desse cartão para eventuais necessidades no futuro. Assim, criar-se-ia um sistema em que “as despesas com as doenças ligeiras são asseguradas pela conta individual daquele sistema, enquanto as despesas com as doenças graves são asseguradas por conta do Território”.

Problemas como o longo tempo de espera para consultas médicas e a



(TRADUÇÃO)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

qualidade dos serviços médicos já existem há anos e continuam por resolver. As vozes dos residentes são incessantes, solicitando ao Governo a criação de um sistema global de protecção de saúde, no sentido de poderem escolher livremente o estabelecimento hospitalar onde querem ir às consultas e receber tratamento especializado e atempado se, por acaso, forem atingidos por alguma doença grave, por forma a poderem dessa forma suportar, sem grandes preocupações, as elevadas despesas médicas. Contudo, o Governo tem sempre acentuado que o planeamento de protecção e segurança global de saúde envolve muitos problemas complicados, que é necessário proceder a avaliações e estudos profundos e que estabelecer parcerias de colaboração envolvendo várias partes, para que se possa avançar para esse modelo com eficiência. O problema dos cuidados de saúde é o que mais interessa à população, e se não for criado um mecanismo de protecção eficaz a longo prazo, o bem-estar social poderá ser gravemente prejudicado.

Sendo assim, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Em 2009, o Governo lançou o Programa de Participação nos Cuidados de Saúde, concedendo a cada residente qualificado um determinado número de vales de saúde para subsidiar as despesas com os cuidados de saúde. Desde o lançamento do referido programa, o Governo efectuou alguma avaliação à situação da utilização dos vales bem como à eficácia real do programa? Na China, o Governo dispõe de um mecanismo administrativo rigoroso de avaliação e fiscalização, e



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

admite determinados estabelecimentos hospitalares qualificados e empresas fornecedoras de medicamentos como instituições colaborantes no sistema de cartão de protecção de saúde, assegurando assim a qualidade dos serviços médicos e a confiança dos utentes, ao mesmo tempo que facilita a procura de serviços e a aquisição de medicamentos. O Governo vai ponderar sobre a criação de um sistema global para protecção de saúde, substituindo o “cartão dourado” por um “cartão de protecção de saúde”? O valor dos vales de saúde poderia então ser creditado na conta individual desse cartão, criando-se assim, gradualmente, um modelo de protecção de saúde, e um sistema no qual as despesas com as doenças ligeiras são asseguradas pela conta individual do referido cartão, enquanto as despesas com as doenças graves são asseguradas por conta do Território. O Governo vai fazer isso?

2. Na sequência da integração e intercâmbio intensivo entre as três regiões, Guangdong-HongKong-Macau, a população não residente está sempre a aumentar. De que medidas ou planos dispõe o Governo para satisfazer as necessidades urgentes desses residentes quanto aos serviços médicos e de saúde? O Governo pode aproveitar para estabelecer colaboração transfronteiriça ao nível do sistema de protecção de saúde de Guangdong e de Hong Kong, através do “cartão de protecção de saúde”, satisfazendo assim as necessidades dos não residentes, e permitindo ainda à população local mais opções no âmbito dos serviços médicos e cuidados



(TRADUÇÃO)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

de saúde. O Governo vai fazer isso? No relatório das LAG para 2013, refere-se o aperfeiçoamento do serviço de encaminhamento de doentes para tratamento no exterior. Até agora, que medidas foram adoptadas? Qual é o ponto da situação desse trabalho? Em que pé é que está esse aperfeiçoamento?

3. De acordo com o relatório das LAG para 2013, particularmente no capítulo “Mecanismos eficientes de longo prazo para o sistema de saúde”, o Governo realça que vai prosseguir a política de “tratamento adequado e prevenção prioritária”. O sistema de protecção global de saúde é o mais popular e eficaz mecanismo de longo prazo a nível mundial, e o Governo já sublinhou, diversas vezes, de vai proceder a uma análise mais aprofundada do mesmo. Já encarregou alguma instituição de proceder a essa tarefa? Já existe alguma conclusão preliminar ou algum resultado dessa análise? O respectivo relatório vai ser divulgado?

23 de Outubro de 2013.

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Si Ka Lon